

PORTUGAL DIPLOMÁTICO



Visita do MNE à Ásia

Conflito no Irão

**Entrevista a Inês Domingos, Secretária de
Estado dos Assuntos Europeus**

XIX^ª EDIÇÃO

Março 2026



0 35545 62336 78 1

Índice

NOTÍCIAS NACIONAIS

Mês do MNE..... pág. 2

Visitas do Ministro dos Negócios Estrangeiros pela Ásia..... pág. 5

Portugal acompanha prioridades estratégicas da UE na reunião do Conselho de Negócios Estrangeiros..... pág. 8

Entrevista a Inês Domingos, Secretária de Estado dos Assuntos Europeus..... pág. 9

NOTÍCIAS INTERNACIONAIS

Conflito no Irão: Da opressão, aos protestos e, de seguida, ao conflito internacional..... pág. 16

Sudão do Sul à beira de nova crise: escalada de violência ameaça frágil processo de paz..... pág. 21

Eleições na Colômbia..... pág. 22

Eleições no Nepal..... pág. 23

Eleições municipais em França..... pág. 24

CONFLITO CLARIFICADO

Insurreições Jihadistas no Sahel..... pág. 34

Mês do MNE

Por Bruno Oliveira

Alguns dos pontos de destaque deste mês de março são a participação do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, na XXXVI Cimeira Luso-Espanhola, a sua visita a Paris, e os encontros com os seus homólogos de Cabo Verde, Islândia e São Marino.

Cimeira Luso-Espanhola

No passado dia 6 de março, teve lugar a XXVI Cimeira Luso-Espanhola, em La Rábida, Huelva, Espanha, dedicada ao tema da segurança climática.

Esta cimeira é um dos acontecimentos mais importantes nas relações bilaterais com o único país com o qual Portugal partilha uma fronteira terrestre, promovendo a cooperação entre os dois Estados ibéricos. Durante esta cimeira foi assinada uma série de instrumentos jurídicos bilaterais de forma a dar resposta aos desafios que as alterações climáticas provocam nos dois países peninsulares.

Para além do Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, e do MNE, Paulo Rangel, a delegação portuguesa contou ainda com o Ministro da Economia e Coesão Territorial, o Ministro Adjunto e da Reforma do Estado, o Ministro da Administração Interna, a Ministra da Saúde, a Ministra do Trabalho e a Ministra do Ambiente e Energia, evidenciando o carácter multissetorial desta cimeira.



Reunião entre as delegações portuguesa (à esquerda) e espanhola (à direita) (fonte: MNE)

Encontro com homólogo de Cabo Verde

No dia 13 de março, Paulo Rangel reuniu com o seu homólogo cabo-verdiano, José Livramento de Brito, no Palácio das Necessidades, em Lisboa. Neste encontro foram destacadas as áreas de atuação comum, como o clima, a educação e a energia, para além da afirmação da cooperação dos dois países na CPLP e respetivas organizações regionais, como a UE e a UA.



Paulo Rangel (à esquerda) e José Livramento de Brito (à direita) (fonte: MNE)

Visita a Paris

Entre os dias 19 e 20 de março, o Ministro deslocou-se à capital francesa. No primeiro dia de visita, Paulo Rangel visitou a sede da UNESCO, na qual reuniu com o Diretor-Geral da organização, Khaled El-Enany, com quem abordou o papel de Portugal e da CPLP na UNESCO.

No segundo dia, o MNE visitou as instalações do Consulado-Geral de Portugal em Paris, que serve diariamente a maior comunidade portuguesa no mundo, tendo sido recebido pela Cônsul-Geral, Mónica Lisboa, e pelo Embaixador, Francisco Ribeiro de Menezes (entrevistados nas edições de Setembro de 2025 e Janeiro de 2026, respetivamente).



Encontro entre Paulo Rangel (à esquerda) com o Diretor-Geral da UNESCO, Khaled El-Enany (à direita) (fonte: MNE)



Paulo Rangel (à esquerda) e a Cônsul-Geral de Portugal em Paris, Mónica Lisboa (à direita), observam o edifício do Consulado (fonte: MNE)

Encontro com homóloga da Islândia

A 23 de março, o MNE recebeu, no Palácio das Necessidades, a sua homóloga da Islândia, Porgerdur Katrín Gunnarsdóttir. Alguns dos temas discutidos foram o aprofundamento das relações bilaterais Portugal-Islândia, os laços transatlânticos e a NATO, e o Ártico. Nesta visita, a ministra islandesa apontou que a entrada do seu país na União Europeia é do interesse de todos os islandeses, dado que um referendo sobre a adesão da Islândia vai ser alvo de um referendo em Agosto deste ano.



Paulo Rangel (à esquerda) e Porgerdur Katrín Gunnarsdóttir (à direita) (fonte: MNE)

Encontro com homólogo de São Marino

Dois dias depois (25 de março), o Ministro reuniu com outro seu homólogo, desta vez de São Marino, Luca Beccari. Naquela que foi a primeira visita oficial do ministro do microestado a Portugal, ambos os ministros destacaram na sua conversa o reforço da cooperação entre os dois Estados, nomeadamente na área da digitalização, o acordo de associação de São Marino com a UE e a atual situação geopolítica no mundo.



Paulo Rangel (à direita) e Luca Beccari (à esquerda) (fonte: MNE)

Visitas do Ministro dos Negócios Estrangeiros pela Ásia

Por Dario Vargas

Entre os dias 24 de fevereiro e 1 de março, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, realizou uma viagem por vários Estados asiáticos, procurando aprofundar laços bilaterais e a presença diplomática de Portugal na região do Indo-Pacífico. Portugal detém relações históricas com cada uma das três nações visitadas pela delegação, tendo tido uma presença no Sri Lanka entre 1505 e 1658, contacto com a Tailândia desde 1511, e com o Vietname desde 1516.

O ministro marcou o início da sua jornada com uma visita ao Sri Lanka, onde foi acolhido pelo seu homólogo, Vijitha Herath. Os representantes de Estado, dialogaram sobre uma panóplia de questões relacionadas com as relações bilaterais entre ambas as nações, passando por assuntos de natureza comercial e de investimento até à cooperação na esfera cultural e o reforço da colaboração a nível diplomático, particularmente em fóruns multilaterais e perante desafios de natureza global.

De seguida, Rangel encontrou-se com a Primeira-Ministra do Sri Lanka, Harini Amarasuriya, visitando mais tarde o Porto de Colombo, a Igreja de Santo António em Kochichikade, o Museu Nacional de Colombo e, por fim, o Templo Gangarama.



O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel (esquerda), com a Primeira-Ministra do Sri Lanka Harini Amarasuriya (direita)
(Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros)

Paulo Rangel seguiu para a Tailândia, onde reuniu com Sihasak Phuangkitkeow, Ministro dos Negócios Estrangeiros tailandês. Num encontro centrado principalmente na temática económica, foi discutida a possibilidade de cooperação em vários setores, nomeadamente a economia digital, o empreendedorismo e as energias renováveis. A delegação portuguesa manifestou também o seu apoio à adesão da Tailândia à OCDE, bem como o encerramento das negociações para a criação de um Acordo de Comércio Livre entre a Tailândia e a União Europeia (UE).

Fora de questões económicas, os ministros discutiram ainda a situação na fronteira entre a Tailândia e o Camboja, que tem sido palco de confrontos intermitentes entre os dois países desde julho de 2025, bem como a guerra civil na nação vizinha de Myanmar, reafirmando o seu compromisso mútuo com o multilateralismo, o direito internacional e a resolução pacífica de disputas num contexto global marcado por elevada complexidade.

Como resultado desta reunião, foi concluído um acordo para a isenção de vistos para passaportes diplomáticos e de representantes de Estado, que será assinado numa data posterior. Numa conferência de imprensa conjunta, enfatizaram a necessidade de aprofundar um sistema comercial livre, transparente e multilateral, e de reforçar a cooperação entre a Tailândia e a UE.

Após esta conferência, o Ministro português deu uma palestra relativamente à perspetiva de Portugal numa série de questões multilaterais, o seu papel a nível global, e as suas relações com a Tailândia.



A delegação diplomática portuguesa, liderada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Paulo Rangel (centro à direita), encontra-se com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia, Sihasak Phuangkitkeow (centro à esquerda) (Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros da Tailândia)

A comitiva portuguesa terminou o périplo no Vietname, onde o Ministro dos Negócios Estrangeiros reuniu-se com o seu homólogo, Lê Hoài Trung, e com o Primeiro-Ministro, Pham Minh Chinh, analisando diversas formas de aprofundar os laços bilaterais. Neste encontro, discutiram o aumento das interações inter-institucionais, particularmente entre delegações governamentais e parlamentares, a criação de mecanismos de facilitação de negócios entre os dois Estados, bem como a colaboração na promoção de laços com as organizações institucionais a que cada respectivo Estado pertence, particularmente a ASEAN e a UE.

Além destes pontos, os oficiais concordaram em implementar acordos existentes bem como continuar a negociação de novos acordos em cooperação judicial e parcerias entre as respetivas câmaras de comércio e indústria, comprometendo-se também em aprofundar os laços económicos em matérias como a economia marítima, energias renováveis, inovação e educação e formação.

Após reunir-se com os dignitários vietnamitas, Paulo Rangel inaugurou a nova embaixada de Portugal em Hanói, capital do Vietname, ato que seguiu a inauguração da embaixada vietnamita em Portugal no ano passado. Em declarações à imprensa, Rangel realçou que a inauguração era “um passo que merece ser celebrado” e que e fora “um tributo que nós também devemos às gerações portuguesas que criaram estes laços com o mundo inteiro”.

O Ministro também mencionou a possibilidade da reabertura das embaixadas de Portugal nas Filipinas e na Malásia, sustentando que “isso permitiria concluir uma cobertura totalmente diferente de economias altamente dinâmicas da Ásia”, enfatizando estes laços como prioritários “numa altura em que falamos de multilateralismo e dos riscos que ele corre”. Rangel sugeriu também a possibilidade da abertura de um escritório consular no Nepal, que abriu uma embaixada em Lisboa.



O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel (esquerda), com o seu homólogo do Vietname, Le Hoai Trung (direita) (Fonte: VietNamNet)

Portugal acompanha prioridades estratégicas da UE na reunião do Conselho de Negócios Estrangeiros

Por Magda Gonçalves

Portugal participou, no passado dia 2 de março, na reunião do Conselho de Negócios Estrangeiros da União Europeia, num momento marcado pelo agravamento das tensões geopolíticas e pela crescente interligação entre segurança e economia no espaço europeu.

Os trabalhos centraram-se, em grande medida, na guerra na Ucrânia, que continua a dominar a agenda externa da União. Os Estados-Membros reiteraram o compromisso com o apoio político, financeiro e militar a Kyiv, sublinhando que *“a Ucrânia continua a ser a principal prioridade da Europa em matéria de segurança”*. Neste contexto, foi reforçada a continuidade das sanções à Rússia e a necessidade de limitar as suas fontes de financiamento. Também a situação no Médio Oriente teve um lugar de destaque na reunião, abordando os riscos de escalada regional e os seus impactos nas cadeias de abastecimento e nos mercados energéticos. Os ministros apelaram à contenção e ao regresso à via diplomática, enfatizando a importância de salvaguardar a estabilidade internacional e a liberdade de navegação em rotas estratégicas.



Reunião do Conselho de Negócios Estrangeiros (fonte: MNE)

No domínio da segurança, o Conselho adotou conclusões destinadas a reforçar a capacidade da União Europeia para enfrentar ameaças híbridas, incluindo ciberataques, desinformação e interferência externa. Estas medidas visam fortalecer a resiliência institucional e melhorar a coordenação entre os Estados-Membros perante riscos emergentes. Foram igualmente discutidas as relações com parceiros estratégicos e regiões vizinhas, bem como o aprofundamento de uma política externa europeia mais coerente e assertiva. Neste quadro, a União Europeia procura equilibrar a abertura económica com a proteção dos seus interesses estratégicos, promovendo, simultaneamente, um sistema internacional assente em regras.

A participação de Portugal neste fórum reafirma o seu alinhamento com as prioridades europeias e o seu compromisso com uma diplomacia ativa, orientada para a estabilidade global, o multilateralismo e o reforço da presença da União Europeia no cenário internacional.

Entrevista a Inês Domingos

A nossa entrevistada deste mês é a Doutora Inês Domingos, atual Secretária de Estado dos Assuntos Europeus. Licenciada e Mestre em Economia, Inês Domingos iniciou a sua carreira enquanto economista na City de Londres, tendo depois sido investigadora na Universidade Católica Portuguesa. Entre 2015 e 2019, exerceu funções de deputada à Assembleia da República e, entre 2021 e 2024, assumiu o cargo de consultora económica do Presidente da República.



Dra. Inês Domingos

Antes de mais gostaria de agradecer-lhe por ter aceitado o nosso convite para esta entrevista. Para começar, eu gostaria de conhecer melhor o seu percurso profissional até ao momento e também de saber, no meio desse percurso, onde é que surgiu o interesse pela Europa/ União Europeia (UE).

Eu tenho um percurso talvez um pouco diferente, porque na realidade não estudei cá, mas fiz a maioria da minha escolaridade na Escola Europeia em Bruxelas. Portanto, eu já estava enfim rodeada da Europa desde muito nova. Depois eu fiz a minha licenciatura em Louvain, na Bélgica, e depois fiz um mestrado em Londres. Em ambos os casos, sobretudo no caso da licenciatura,

com uma forte componente de análise de políticas europeias, onde tive vários seminários e cadeiras específicas de assuntos europeus, por isso sempre foi uma área que me interessou muito. Sou licenciada e mestre em economia e depois quando voltei para Portugal já há uns anos fiz um doutoramento na Universidade Católica num tema relacionado com a União Europeia. A minha orientação académica até tem sido muito orientada para a área das políticas europeias e sobretudo a economia europeia. Depois a nível profissional, quando saí da Bélgica, estive oito anos em Londres, onde trabalhei em várias instituições da City, e depois, quando voltei para Portugal, comecei a fazer análise e a ser investigadora na Universidade Católica. Depois disso, fui deputada à Assembleia da República entre 2015 e 2019. Em 2021, integrei a equipa do Presidente da República como consultora para a área da economia. Desde 2024 sou Secretária de Estado dos Assuntos Europeus.

Quais são as suas principais funções enquanto Secretária de Estado dos Assuntos Europeus?

Eu classificaria as minhas funções em três grandes áreas. A primeira é a componente

de coordenar a resposta nacional a políticas europeias. Há certas áreas que estão diretamente sob a minha alçada, por exemplo no caso do quadro financeiro plurianual e alguns temas também como a posição de Portugal face ao alargamento. Portugal tem lugar no Conselho da União Europeia, onde participam os ministros da UE, sendo que no meu caso eu participo no que se chama de Conselho de Assuntos Gerais. Chama-se assim porque muitas vezes neste Conselho tratam-se assuntos que são transversais a toda a União Europeia e a todas as políticas e é também o Conselho da UE, o conjunto de ministros, que prepara o Conselho Europeu. O Conselho Europeu é a reunião dos líderes europeus, que, no nosso caso, quem participa é o Primeiro-Ministro. E por isso, tem essa função de coordenar essas políticas que vão aparecer no Conselho da União Europeia, que são responsabilidade do Conselho de Assuntos Gerais. Depois há também uma outra componente que é, para além disso, fazer assegurar que Portugal dá sempre a resposta aos diferentes pedidos e aos contributos que tem para várias políticas. Portanto não só no que aparece no Conselho de Assuntos Gerais, mas também outras áreas setoriais em coordenação muito estreita obviamente com todas essas áreas setoriais. Depois tem uma componente também de divulgação ou de preparação do país para várias das políticas europeias que depois têm aplicação em Portugal e por exemplo uma das coisas que nós fazemos aqui é preparar e assinalar os concursos que existem para as carreiras europeias. Isto é apenas um exemplo que talvez seja o mais prático e fácil de entender, mas de forma geral tornar também a Europa mais próxima dos cidadãos em Portugal.

Falou em aproximar a União Europeia dos cidadãos portugueses, mas muitos jovens têm a ideia de que Portugal não tem influência ou não é relevante na UE, mas é possível desmistificar essa ideia correto?

Completamente. Tem toda a razão em dizer que Portugal é tudo menos irrelevante. Nós temos uma capacidade de influência que eu diria que até é bastante superior, digamos, ao nosso tamanho, se quiser pôr nestes termos. Temos porque, na realidade, o nosso país tem tido uma influência bastante grande por exemplo na agenda de comércio internacional da União Europeia, até por causa da natureza da nossa história, das nossas políticas em geral e da nossa abertura ao mundo, que também se tem traduzido num incentivo que sempre demos aos outros Estados-membros da União Europeia para se abrirem ao resto do mundo e temos sido parceiros determinantes na parte comercial. Temos tido sempre preocupações construtivas e todos nos reconhecem a capacidade de criar pontes para fazer avançar certas políticas. Temos agora, por exemplo, um dos temas que o Primeiro-Ministro trouxe de forma prioritária à agenda europeia foi o tema da habitação, que não estava necessariamente muito no radar, mas o Primeiro-Ministro, num dos Conselhos Europeus em que participou nos últimos meses, trouxe para cima da mesa e foi muito determinante também na perspetiva que a própria União Europeia tem sobre como se pode criar boas práticas e os Estados-membros podem colaborar e, no fundo, mostrar outras boas práticas que fazem nos seus países para reforçar a oferta e conseguir baixar os preços e reforçar a capacidade dos jovens também de

acederem à habitação. E nós temos tido uma capacidade de influência em todas as políticas, mas em várias áreas específicas também, que é bastante acima daquilo que seria expectável face ao nosso tamanho. Eu diria que a perceção que pode existir não é correta. Nós temos efetivamente uma capacidade de influência bastante significativa, até porque sendo um Estado-membro há muitas das políticas, em particular a política externa e os fundos europeus, onde é necessário que todos estejam de acordo que todos os Estados-membros estejam de acordo. Portanto nem que fosse só por isso nós teríamos influência. Mas eu diria que vai muito para além disso. Nós temos de facto uma visão que muitas vezes é acompanhada pelos nossos parceiros europeus.



Dra. Inês Domingos

Dentro dos setores setoriais que referiu há pouco, quais é que são os mais importantes para Portugal e onde é que deveríamos apostar mais?

É difícil de responder, porque todas as áreas setoriais são de facto cruciais na União Europeia, mas eu separaria talvez dois tipos de setores. Primeiro, há aquelas áreas que são predominante e exclusivamente, até em certos casos competência dos Estados-membros, em que, a nível de políticas europeias, o que acontece muitas vezes é que há recomendações às trocas de boas práticas e em algumas dessas áreas a política nacional tem uma relevância de facto muito muito significativa e estou a referir-me às políticas de competência exclusiva dos Estados-membros. Também temos políticas que são de competência exclusiva da União Europeia onde aí temos que apostar com muita força na nossa capacidade de influência dentro da própria União Europeia. E depois há todas aquelas áreas setoriais que são casos de políticas exclusivas, como por exemplo, a política comercial externa, isto é a capacidade de fazer acordos comerciais e de investimento entre a União Europeia e outros Estados, que é negociada a nível da Comissão Europeia embora os Estados-membros tenham um papel muito relevante de influência e de promover os acordos ou não. Por isso, até aí temos a capacidade de influência em todo um conjunto de áreas setoriais que estão a ganhar cada vez mais importância e que estão nas prioridades da Comissão e nas quais nós temos investido já bastante, eu diria, por exemplo, a nível das áreas sociais, embora seja competência exclusiva dos Estados, como no caso da habitação que já referi. Depois temos áreas de partilha, como as áreas de investigação. Em certas áreas, a União Europeia está cada vez mais a olhar para setores como o setor da defesa, a inovação, a investigação, as novas tecnologias

e tudo o que tem a ver com a digitalização e inteligência artificial. Áreas até da biotecnologia e saúde. Na realidade, estou a pensar também na nossa capacidade de, no fundo, reforçar a industrialização em tecnologias mais avançadas. Tudo o que tem a ver com o ambiente e a transição energética em particular, onde podemos dizer que somos campeões europeus de transição energética. Somos um dos Estados-membros que tem uma maior percentagem de produção de energia com fontes renováveis e, por isso, há muitas áreas em que nós já apostamos imenso e que são áreas onde a União Europeia também nos acompanha nessas prioridades, mas são áreas que nitidamente temos que acompanhar e continuar a acompanhar intensamente.

Também nessa questão da influência, os próprios portugueses que trabalham na União Europeia contribuem para tal. No entanto, por várias vezes, aponta-se para a falta de portugueses a trabalhar na UE, mas de que forma é que podemos resolver essa questão? Alguns passos já foram dados nesse sentido, como a implementação da Estratégia Nacional para as Carreiras Europeias ou o Estatuto do Perito Nacional Destacado, sendo que gostaria de questionar no que é que consistem e qual a importância destes dois programas neste mesmo âmbito?

Nós temos tido várias políticas para reforçar o número de funcionários e pessoas que trabalham nas instituições europeias e em Bruxelas em geral. Obviamente que o que nós desejamos e o que é natural é que as pessoas que exerçam cargos seja como nacionais destacados seja como funcionários das instituições europeias, enfim, que têm um dever de lealdade naturalmente com as instituições onde trabalham. O que nos parece é que um português tem uma compreensão e uma sensibilidade para certos temas que, possivelmente, outras nacionalidades não têm, porque têm uma história diferente e porque têm uma geografia diferente. E por isso é que nos interessa que seja possível reforçar a participação de portugueses nas instituições europeias, para levarem com eles essa sensibilidade, que naturalmente é positiva para as pessoas, mas é também, e sobretudo, muito positiva para a União Europeia, que beneficia ao ter maior diversidade nas pessoas que trabalham nas suas instituições e que olham para todos os desafios do mundo com um olhar diferente.

O que nós temos feito, no caso do Estatuto do Perito Nacional Destacado, é que nós reforçámos uma dotação centralizada que existe para apoiar os serviços de onde saem os Peritos Nacionais Destacados para irem trabalhar para as instituições e depois temos feito uma série de reforços do orçamento, por exemplo, também para os estágios e para as bolsas das universidades que estão mais ligadas às instituições e estou a pensar no caso do Colégio da Europa e do Instituto Universitário Europeu.

Depois temos feito uma série de iniciativas de formação para os diferentes concursos que existem a nível das instituições, sendo que agora o maior que já foi lançado é o concurso para o que é chamado concurso AD e aproveitamos também esta oportunidade para dizer que obviamente estamos muito empenhados em

apoiar os candidatos que se inscreveram e que se candidataram a esse concurso e que, no fundo, se identificaram como sendo portugueses e querendo ser contactados pelas autoridades nacionais. E com isto queremos poder reforçar a participação dos portugueses nas instituições.

Penso que um fator importante que pode contribuir para atrair mais portugueses a trabalhar na UE é a consciencialização nos jovens, pelo que gostaria de perguntar como é que podemos aproximar mais os jovens da UE e respetivas instituições.

Eu acho que o que não é tão óbvio para os jovens é a compreensão de que, às vezes, muitas das políticas de que eles beneficiam, há obviamente muitas que são exclusivamente nacionais, fazem parte da União Europeia. A maioria dos jovens universitários em particular conhece bem alguns dos programas que têm mais sucesso da União Europeia, que é o caso do programa Erasmus e que, de facto, é uma das políticas, eu diria, mais bem conseguidas, porque tem reforçado a capacidade de contacto e de troca de jovens que vão para sítios diferentes e conseguem fazer redes diferentes e novos contactos, para além de conhecer outros países naturalmente. Por isso, eu acho que existem políticas que penso que os jovens veem como sendo políticas europeias, mas às vezes não tão inteiramente conscientes da importância que têm de facto nas suas vidas. Agora, eu penso que tem a ver um bocado com a curiosidade de cada um, acho que as universidades e as escolas têm feito também um trabalho muito significativo para dar a conhecer esta realidade. A nível do Ministério dos Negócios Estrangeiros existe uma plataforma que eu acho que tem muito relevo e que tem feito um trabalho extraordinário também de divulgação, que é uma plataforma que se chama Eurocid. Essa plataforma divulga essas oportunidades e faz um trabalho também de divulgação de estágios e de concursos de políticas europeias e por isso eu diria que para jovens que têm como objetivo ter uma carreira ou fazer um estágio ou fazer um curso internacional faz todo o sentido poderem aceder a essa plataforma para poderem conhecer as oportunidades que existem.

Gostava agora de perguntar qual é que foi a negociação europeia ou a pasta mais desafiante que acompanhou até ao momento.

Eu penso que a negociação que é a mais desafiante neste momento e que continua a decorrer é a do quadro financeiro plurianual, porque é uma negociação sempre muito difícil em que os Estados-membros partem de posições que são às vezes completamente opostas entre si e por isso chegar a uma conclusão sobre isto vai ser altamente fascinante. Eu acredito que vamos chegar a um bom resultado, mas posso dizer-lhe que, de facto, do ponto de vista da relação com os restantes Estados-membros e com as próprias instituições, é talvez a negociação mais desafiante. Até porque obviamente se trata de um quadro financeiro muito significativo visto que é para os próximos sete anos, estamos aqui a falar de 2028 a 2034, e que tem uma estrutura que a Comissão Europeia propôs muito muito diferente do que tem sido a de todos os quadros financeiros até hoje e isso também cria novos desafios. Temos

que olhar para isto de uma forma muito diferente daquela que fizemos no passado e ao mesmo tempo os Estados-membros partem de posições completamente diferentes, com alguns a não quererem de todo um reforço do orçamento e outros, como Portugal, a considerarem que, perante os desafios enormes que nós temos pela frente, querem ter um orçamento que seja ambicioso. Só aí já há grandes diferenças sobre o volume total do quadro financeiro e, portanto, esta é uma negociação que já está a decorrer há algum tempo e que vai continuar e que é extraordinariamente desafiante.

Estas negociações fazem-me pensar também no debate político sobre se a UE deve favorecer o alargamento a outros Estados ou aprofundar a sua integração interna com os Estados-membros atuais. Portugal tem alguma posição nesta matéria?

Sim, Portugal é, em geral, favorável ao alargamento. Eu diria que até a maioria dos Estados-membros é favorável ao alargamento e o motivo também é bastante fácil de entender. Sobretudo agora desde que eu comecei estas funções em 2024, tem havido um certo reforço das negociações com os vários Estados que são candidatos e compreende-se que, no fundo, perante os desafios globais que temos à nossa frente, e que com certeza assistimos todos os dias, existe uma perceção muito clara que a União Europeia será mais forte se os candidatos puderem aceder, porque aumentar o nosso tamanho também reforça a nossa capacidade de influência em toda a região e no mundo. Também porque alguns desses Estados candidatos têm feito um trabalho notável de aproximação das políticas deles às nossas e, portanto, é também uma certa justiça em aceitar, pois, se eles fazem reformas maiores do que exigimos inicialmente, também temos de corresponder depois num momento das nossas negociações com eles. Por isso, eu acho que há aqui esta perceção de que alguns candidatos estão bastante próximos e já fizeram um trabalho muito muito significativo e Portugal é em geral favorável ao alargamento da União Europeia.

Que perceção é que tinha da participação de Portugal na UE antes de assumir funções enquanto Secretária de Estado dos Assuntos Europeus? Essa perceção mudou agora que tem mais contacto direto com a União Europeia?

Eu acho que a minha perceção era razoavelmente correta. Devo dizer que eu já tinha esta ideia de que nós tínhamos esta capacidade de influência superior até ao nosso tamanho e é um facto que se verifica. Todos os dias constato que há muito mais áreas onde nós estamos mais próximos às vezes do que parece e há várias áreas em que todos os Estados-membros se reveem, e portanto conseguimos avançar em algumas dessas áreas. Eu acho que talvez o que seja mais diferente é que alguns dos desafios que nos foram colocados nos últimos dois anos aproximaram os Estados-membros em alguns aspetos. A questão das negociações para o quadro financeiro plurianual é uma área onde eu acho que os desafios são, de facto, grandes, mas há outras áreas em que eu penso que nós nos aproximámos bastante porque, como enfrentamos desafios que são comuns a todos, também se compreende que as nossas respostas depois são mais próximas uns dos outros. Eu estou a pensar, por

exemplo, na área da defesa, que é uma área tipicamente de soberania nacional, mas a União Europeia conseguiu ter uma resposta a nível da indústria da defesa, portanto menos na perspectiva de uma política de defesa, porque a política de defesa é de facto uma política nacional, sendo que Portugal está integrado na NATO e portanto nós coordenamos as nossas posições também no âmbito da NATO, mas do ponto de vista da indústria de defesa foi possível fazer coisas que eu penso que há uns anos não seria possível. Portanto, talvez o que mudou é a forma como atuou. Eu penso que a minha perceção não era errada, o que aconteceu é que o mundo mudou muito nos últimos dois anos e por isso esta capacidade de colaboração em algumas áreas específicas acho que aumentou imenso e isso talvez seja uma surpresa face ao que acontecia no passado, mas é uma surpresa que também se explica muito bem pelos desafios atualmente.



Dra. Inês Domingos

Conflito no Irão: Da opressão, aos protestos e, de seguida, ao conflito internacional

Por Beatriz Inocência

Nos últimos meses, o Irão tem sido palco de uma crise que, embora tenha tido origem no plano interno, rapidamente evoluiu para uma situação com implicações muito mais amplas. Aquilo que começou como uma série de protestos contra o regime acabou por dar origem a um cenário marcado por repressão intensificada, agravamento das tensões externas e sinais claros de escalada. Esta evolução demonstra que a realidade iraniana já não pode ser compreendida apenas como uma questão doméstica, assumindo hoje um papel relevante no contexto da instabilidade internacional.

Os protestos que emergiram no final de 2025 tiveram como base um conjunto de fatores que vinham a acumular-se há já algum tempo. A inflação elevada, a escassez de bens essenciais e o aumento do desemprego contribuíram para um descontentamento generalizado entre a população. A isto juntaram-se limitações políticas e sociais, bem como a repressão de vozes dissidentes, criando um ambiente propício à contestação. Tal como se verificou anteriormente, foram sobretudo os jovens e as mulheres que assumiram um papel central nestes protestos, expressando não apenas frustração económica, mas também uma clara rejeição das restrições impostas pelo regime.

Inicialmente, as manifestações assumiram a forma de marchas e concentrações em várias cidades, rapidamente se espalhando por diferentes regiões do país. Com o passar do tempo, estas ações diversificaram-se, incluindo greves e outras formas de contestação, demonstrando uma crescente mobilização social. A participação de atores, como os comerciantes, revelou um alargamento da base dos protestos, conferindo-lhes maior dimensão e visibilidade. Este fator foi particularmente relevante, uma vez que indicou que o descontentamento não se limitava a grupos específicos, mas atravessava diferentes segmentos da sociedade iraniana.

A resposta do regime foi, desde cedo, marcada por uma postura firme. As forças de segurança recorreram ao uso da força para dispersar manifestações, efetuaram detenções em massa e impuseram restrições significativas ao acesso à informação. Com o agravamento da situação, estas medidas tornaram-se progressivamente mais severas. Relatos de execuções públicas e alegações de confissões obtidas sob tortura evidenciam um endurecimento claro da resposta estatal, que deixou de se limitar à contenção dos protestos, passando a assumir uma dimensão de intimidação.

Esta estratégia de repressão sistemática, materializada em atos públicos de violência extrema, não se destina apenas a punir os envolvidos nos protestos. Ao expor deliberadamente estas práticas, o regime demonstra uma estratégia que vai além da simples punição, assumindo um carácter claramente dissuasor. Revelando que procura não apenas controlar a contestação no presente, mas também prevenir futuras mobilizações, o que reforça a percepção de que qualquer forma de oposição poderá ter consequências extremas.

Neste contexto, importa sublinhar que a repressão não teve apenas um objetivo imediato de controlo da situação, mas também uma função estratégica. Ao recorrer a medidas exemplares, o regime procurou desencorajar a continuação da contestação e reafirmar a sua autoridade. Esta abordagem contribuiu para conter, em certa medida, a mobilização, embora não tenha eliminado o descontentamento subjacente.

Apesar da intensidade dos protestos e da visibilidade internacional que estes alcançaram, o regime iraniano demonstrou uma capacidade monstruosa de se tornar ainda mais opressor. O controlo das instituições políticas, o papel central das forças de segurança e a ausência de uma oposição organizada capaz de capitalizar o descontentamento foram fatores determinantes para a sua manutenção. Ao mesmo tempo, a continuidade das manifestações e a persistência da insatisfação indicam que a crise interna permanece longe de ser resolvida.

É precisamente neste ponto que se verifica uma mudança relevante na natureza do conflito. A evolução dos acontecimentos internos começou a refletir-se no plano internacional, dando origem a um aumento das tensões entre o Irão e outros atores, em particular os Estados Unidos da América e Israel. O agravamento destas relações marcou um ponto de viragem, transformando a crise iraniana num elemento de instabilidade com impacto global.



Bombardeamentos de Israel ao Irão (fonte: SIC Notícias)

A atuação dos Estados Unidos, que incluiu medidas de pressão e ações diretas, contribuiu para elevar o nível de confronto. Esta intervenção alterou o equilíbrio da situação, deixando de se tratar apenas de uma questão interna para passar a envolver dinâmicas de poder entre Estados. Ao mesmo tempo, o regime iraniano adotou uma postura mais assertiva, reforçando a sua retórica e sinalizando a possibilidade de resposta a eventuais ações externas. Donald Trump, o Presidente dos Estados Unidos, chegou mesmo a chamar os países da NATO e da Europa de "cobardes" por evitarem entrar com reforços militares neste conflito, o que, na verdade, tornaria isto numa terceira guerra mundial, de forma imediata.

Paralelamente à escalada de tensões e ao agravamento da repressão interna, a União Europeia tem vindo a adotar um conjunto de sanções dirigidas ao regime iraniano, procurando exercer pressão sobre as autoridades. Estas medidas, que incluem restrições económicas e limitações a determinados responsáveis, refletem uma tentativa de resposta no plano diplomático. No entanto, o impacto destas sanções tem-se revelado limitado na alteração do comportamento do regime, evidenciando as dificuldades da comunidade internacional em influenciar de forma eficaz a evolução da situação no Irão.

As ameaças dirigidas a infraestruturas económicas e energéticas, bem como a países da região do Golfo, indicam uma possível expansão do conflito para além das fronteiras do Irão. Esta evolução levanta preocupações quanto à regionalização da crise, uma vez que o envolvimento de múltiplos atores pode tornar a situação mais complexa e difícil de controlar. O risco de escalada aumenta significativamente neste cenário, sobretudo quando se consideram as tensões já existentes no Médio Oriente.

Neste contexto de crescente instabilidade regional, importa considerar também o papel de Israel, enquanto um dos principais atores envolvidos nas dinâmicas de segurança do Médio Oriente. Embora nem sempre de forma direta nos acontecimentos mais recentes, a sua posição no quadro das tensões com o Irão contribui para agravar o risco de escalada, sobretudo tendo em conta o histórico de confrontação indireta entre ambos. Assim, a evolução do conflito iraniano não pode ser dissociada deste enquadramento mais amplo, onde diferentes atores regionais se encontram interligados por interesses estratégicos e por uma lógica de equilíbrio de poder particularmente sensível.

Um dos elementos mais sensíveis desta dinâmica prende-se com a questão energética. O Estreito de Ormuz, por onde passa uma parte significativa do petróleo mundial, assume um papel central neste contexto. As declarações iranianas relativamente à possibilidade de condicionar o acesso a esta rota estratégica, ainda que de forma seletiva, são suficientes para gerar preocupação a nível internacional. A simples hipótese de perturbação neste ponto crítico tem implicações diretas nos mercados energéticos e na estabilidade económica global.

A par disso, a ameaça de ataques a infraestruturas económicas reforça a perceção de que o conflito poderá assumir uma dimensão mais alargada. Este tipo de discurso evidencia uma lógica de dissuasão, mas também revela o potencial de escalada caso a situação se agrave. Neste sentido, o conflito no Irão deixa de ser apenas uma questão regional, passando a integrar um conjunto mais vasto de tensões que caracterizam o sistema internacional atual.



Bloqueio de Ormuz (fonte: BBC)

Os efeitos desta instabilidade já são visíveis no plano económico. A reação negativa das bolsas europeias ao agravamento do conflito demonstra a forma como os mercados respondem rapidamente a cenários de incerteza. Este comportamento reflete não apenas a preocupação com uma possível escalada militar, mas também o receio de perturbações nas cadeias de abastecimento energético. A interdependência entre segurança internacional e estabilidade económica torna-se, assim, particularmente evidente.

Neste contexto, é importante analisar também o papel de países que, não sendo diretamente envolvidos, acabam por integrar a estrutura que sustenta estas dinâmicas. Portugal constitui um exemplo claro dessa realidade. O aumento da presença militar norte-americana na Base das Lajes, nos Açores, demonstra a importância estratégica do território português no quadro da NATO. Este facto evidencia como o país, ainda que de forma indireta, se encontra ligado à evolução do conflito e às dinâmicas de segurança internacional.



Presença americana na Base das Lajes intensificada (fonte: António Araújo/ Lusa)

Por outro lado, a posição da União Europeia face a esta situação revela os desafios que o bloco enfrenta na gestão de crises externas. A necessidade de garantir estabilidade energética e segurança económica coloca a Europa numa posição particularmente sensível, obrigando a um equilíbrio entre princípios políticos e interesses estratégicos. Portugal, enquanto Estado-membro, partilha destas preocupações e encontra-se igualmente exposto aos impactos indiretos do conflito. Deste modo, a evolução recente da situação no Irão demonstra que se entrou numa nova fase do conflito. A combinação entre contestação interna, repressão estatal e envolvimento de atores externos contribuiu para a transformação de uma crise doméstica numa questão de alcance internacional. Esta mudança de natureza torna o conflito mais complexo e aumenta a dificuldade em prever os seus desenvolvimentos futuros.

Por fim, importa sublinhar que a rapidez com que a situação se tem agravado constitui um fator adicional de preocupação. A escalada observada ao longo dos últimos meses evidencia não apenas a gravidade do contexto, mas também a dificuldade em antecipar e conter a evolução dos acontecimentos. O caso iraniano assume-se, assim, como um exemplo claro das fragilidades do sistema internacional, onde crises internas podem rapidamente adquirir uma dimensão global.

Sudão do Sul à beira de nova crise: escalada de violência ameaça frágil processo de paz

Por Magda Gonçalves

A crescente escalada de violência no Sudão do Sul está a reacender receios de um possível regresso ao conflito generalizado, colocando em risco os frágeis progressos alcançados desde o acordo de paz de 2018. Num contexto de elevada instabilidade interna e tensões políticas persistentes, os recentes confrontos armados e o agravamento da situação humanitária reforçam os alertas da comunidade internacional para uma potencial regressão.

Contexto histórico e político

Desde a sua independência em 2011, o Sudão do Sul tem enfrentado desafios estruturais significativos relacionados com a construção do Estado, a coesão nacional e a governação. Em 2013, divergências políticas entre o Presidente Salva Kiir e o, então, Vice-Presidente Riek Machar degeneraram num conflito armado de grande escala, com forte dimensão étnica, que causou centenas de milhares de mortos e milhões de deslocados.

O Acordo Revitalizado para a Resolução do Conflito no Sudão do Sul (R-ARCSS), assinado em 2018, permitiu uma redução substancial da violência e levou à formação de um governo de unidade nacional. Contudo, a implementação do acordo tem sido marcada por atrasos significativos, particularmente no que diz respeito à reforma do setor de segurança, à redação de uma nova constituição e à organização de eleições.

As eleições, inicialmente previstas para 2023, foram adiadas para dezembro de 2024, refletindo dificuldades logísticas, políticas e de segurança. Este adiamento contribuiu para o aumento das tensões entre as diferentes facções políticas e para o agravamento da desconfiança entre os principais líderes.

Escalada recente da violência

Nos últimos meses, tem-se verificado um aumento dos confrontos armados em várias regiões do país, incluindo nos Estados de Jonglei, Unity e Upper Nile. Estes confrontos envolvem tanto forças associadas a diferentes facções políticas como milícias locais e grupos comunitários armados. A violência tem sido alimentada por uma combinação de fatores, incluindo rivalidades políticas, disputas intercomunitárias por recursos naturais (como terra, água e gado) e a proliferação de armas ligeiras. A ausência de uma força militar unificada, prevista no acordo de paz, continua a ser um dos principais obstáculos à estabilização do país. Segundo a Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS), a violência intercomunitária e

os ataques contra civis aumentaram de forma significativa, com destaque para massacres localizados, raptos e destruição de aldeias. A missão tem reiterado que, embora não se trate ainda de um conflito generalizado, existe um risco real de escalada caso não sejam tomadas medidas urgentes.

Crise humanitária agravada

A deterioração da segurança ocorre num contexto de crise humanitária crónica. Estima-se que mais de dois terços da população necessitem de assistência humanitária, enquanto milhões de pessoas enfrentam níveis severos de insegurança alimentar. Os efeitos combinados da violência, das alterações climáticas, nomeadamente inundações recorrentes, e da fragilidade económica têm contribuído para o agravamento das condições de vida. O acesso humanitário permanece limitado em várias regiões devido à insegurança, dificultando a prestação de ajuda essencial. Além disso, o Sudão do Sul continua a acolher um elevado número de deslocados internos, bem como refugiados provenientes do Sudão, o que aumenta a pressão sobre recursos já escassos.

Dimensão regional e implicações internacionais

A instabilidade no Sudão do Sul tem implicações significativas para a região da África Oriental. Países vizinhos como o Uganda, o Quênia, a Etiópia e o Sudão desempenham um papel importante como mediadores e parceiros no processo de paz, mas também são afetados pelos fluxos de refugiados e pela insegurança transfronteiriça. A Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) e a União Africana têm apelado à aceleração da implementação do acordo de paz, sublinhando a necessidade de reformas políticas e de segurança. Paralelamente, as Nações Unidas e parceiros internacionais continuam a pressionar as lideranças sudanesas para demonstrarem vontade política e compromisso efetivo com a paz. Sanções direcionadas e mecanismos de responsabilização continuam a ser considerados instrumentos relevantes para incentivar o cumprimento dos compromissos assumidos, embora o seu impacto permaneça limitado sem progressos internos concretos.

Perspetivas e desafios futuros

O futuro do Sudão do Sul permanece incerto. A consolidação da paz dependerá, em grande medida, da capacidade das lideranças políticas em ultrapassar rivalidades históricas e avançar com reformas estruturais. A unificação das forças armadas, a elaboração de uma constituição inclusiva e a realização de eleições credíveis são elementos fundamentais para garantir a estabilidade a longo prazo. Sem progressos tangíveis nestas áreas, o país corre o risco de regressar a um ciclo de violência prolongada, com consequências devastadoras para a população e para a estabilidade regional.

Num cenário internacional já marcado por múltiplas crises, a situação no Sudão do Sul constitui um teste crítico à eficácia dos esforços de construção da paz e à capacidade da comunidade internacional em prevenir conflitos. A escalada atual representa, assim, não apenas um desafio interno, mas também uma preocupação crescente para a segurança e estabilidade globais.



Soldados sudaneses (Fonte: SAMIR BOL / AFP)

Eleições na Colômbia

Por Maria Neves

Os cidadãos colombianos elegeram, no passado dia 8 de março, os novos membros do Congresso da República.

Esta eleição é mais do que um ato formal de renovação parlamentar, pois os resultados definem as condições de governabilidade da Colômbia e sinalizam uma potencial reconfiguração da política externa colombiana.

Contexto político da eleição

As legislativas de 2026, foram marcadas por um contexto político tenso. A governação de Gustavo Petro, iniciada em 2022, caracterizou-se por um ambicioso programa reformista que encontrou resistências sistemáticas no Congresso. Este mandato presidencial foi, também, marcado por um escândalo de financiamento de campanha, no qual o filho do Presidente foi detido e houve a demissão de todo o gabinete ministerial em 2025.

Em termos sociais, durante o período pré-eleitoral houve uma deterioração significativa da segurança pública. Os esforços negociais da política de “paz total” (política de negociação simultânea com todas as organizações armadas) registaram avanços limitados. Assim, para estas eleições foram mobilizados 12 600 agentes das forças de segurança para assegurar o voto de 41 287 084 cidadãos colombianos registados. Simultaneamente, ocorreram as eleições intrapartidárias para a seleção dos candidatos às presidenciais, antes da 1ª volta.

O processo de votação foi pacífico e António Guterres, Secretário-geral das Nações Unidas, felicitou o país pela participação cívica pacífica registada, de 50,6% dos eleitores.

Compreensão do arranjo constitucional colombiano

A República da Colômbia rege-se pela Constituição de 4 de julho de 1991, que, por sua vez, resultou de um processo de redação que procurou findar a violência bipartidária histórica que dominava o país desde o início do séc. XX e democratizar o sistema político.

Com base na sua génese histórica, esta constituição é considerada das mais progressistas na América Latina em matéria de direitos humanos, mecanismos de participação e pluralismo político.

Este documento constitucional também consagrou o regime político: uma república presidencialista. Neste sistema, o presidente da República exerce, simultaneamente, funções de chefe de Estado e de governo, sendo eleito por sufrágio universal direto num sistema de duas voltas para um mandato de quatro anos, sem possibilidade de reeleição consecutiva imediata e o poder legislativo é exercido pelo Congresso da República, um órgão bicameral composto pelo Senado (108 senadores) e pela Câmara dos Representantes (188 representantes). Ambas as câmaras são eleitas por sufrágio universal para mandatos de 4 anos.

Os Resultados Eleitorais

No Senado, o resultado eleitoral confirmou o Pacto Histórico como a força política com maior votação, apesar de ainda não ter maioria absoluta (face a uma oposição centro-direita mais coesa).

Na câmara dos representantes, a tendência manteve-se, tendo o Pacto Histórico obtido 62 mandatos parlamentares e o Centro Democrático 45, assim, esta câmara configura-se num cenário de polarização acentuada entre os partidos de centro. A recomposição deste Congresso representa que as condições de governabilidade continuaram a depender de alianças negociadas e que as reformas estruturais mais controversas permanecerão como questões em aberto.

Já nas consultas intrapartidárias surgem três fortes candidatos às presidenciais de maio: Paloma Valencia (“Centro Democrático”) afirmou-se como a candidata da direita após vencer a “Gran Consulta por Colombia”; Claudia Lopez venceu a “*Consulta de las soluciones*” do centro; Roy Barreras, que se apresenta como o candidato da esquerda. Para além destes 3 candidatos também se apresentam outras 13 candidaturas à presidência.

Os resultados terão um impacto profundo na manutenção (ou não) da política de “paz total” de Petro, havendo um cisma entre visões opostas. Por um lado, as forças mais à direita do espectro político advogam por um retorno da pressão militar face aos avanços limitados nas negociações e à manutenção dos indicadores de violência. Por outro lado, as forças mais à esquerda defendem a continuação das negociações, uma vez que, o Exército de Libertação Nacional chegou a declarar um cessar-fogo unilateral para facilitar a realização das eleições.

Impacto Internacional

No plano regional, estas eleições e o resultado das presidenciais de maio terão um impacto no equilíbrio dos blocos e nas relações com a Venezuela.

No plano internacional, houve tensões com os Estados Unidos motivadas pela captura do ditador venezuelano Nicolás Maduro, imposição de sanções por parte de Washington ao Presidente Petro e, por fim, as ameaças de tarifas comerciais.



Gustavo Petro, presidente da Colômbia (centro), vota nas eleições legislativas do país (Fonte: France 24)

Face a este retraimento e ao apoio norte-americano e hostilidade contra o atual Presidente colombiano, aumentou a relevância do contributo europeu para os esforços de paz. Para a União Europeia a estabilidade política emergente das eleições de 2026 condiciona diretamente o aprofundamento da parceria económica EU-Colômbia.

A República Popular da China aprofundou as relações com a Colômbia durante o governo de Petro, em domínios como a infraestrutura e a cooperação militar. A manutenção deste vetor emergente da política externa colombiana depende da composição do congresso e do presidente eleito em maio.

Implicações para Portugal

Portugal e a Colômbia mantém relações diplomáticas formais desde 9 de abril de 1857, desde a data da assinatura do Tratado de Comércio.

O relacionamento bilateral evoluiu e diversificou-se, abrangendo áreas comerciais, culturais, científicas e de cooperação para o desenvolvimento. Em 2023, durante a visita do Presidente Petro a Lisboa, reafirmaram-se as áreas de cooperação neste denso enquadramento bilateral. Com base nestas boas relações, Portugal apoiou a candidatura da Colômbia como observador à Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Portugal acompanhou estas eleições como membro da Missão de Observação Eleitoral da União Europeia e também na Missão de Verificação das Nações Unidas, reforçando o apoio ao processo de paz.

Eleições no Nepal

Por Raquel Bravo

Dos palcos ao cargo de primeiro-ministro: ex-“rapper” vence eleições legislativas no Nepal

Com 182 dos 265 assentos parlamentares obtidos pelo Partido Nacional Independente (RSP, centrista), Balendra Shah protagonizou uma vitória histórica, derrotando a “velha guarda” associada ao ex-primeiro-ministro KP Sharma Oli, afastado em setembro aquando da insurreição dos jovens da “Geração Z”.

Vitória e ascensão da “Gen Z”

A vitória esmagadora do RSP marca uma viragem na configuração parlamentar nepalês, assinalando a ascensão de uma nova geração de políticos e dirigentes e o declínio dos partidos tradicionais.

Atrás do RSP, que conquistou 182 assentos, ficou o Partido do Congresso Nepalês, baluarte das coligações no país desde a abolição da monarquia em 2008, que conseguiu apenas 38 dos 265 lugares. Já o Partido Comunista do Nepal, liderado por KP Sharma Oli, obteve somente 25 assentos, confirmando o colapso eleitoral das forças tradicionais.

Os resultados foram oficialmente anunciados na quinta-feira dia 12 de março pela Comissão Eleitoral. Segundo o antigo presidente do organismo, Bhoj Paj Pokharel, citado pelo jornal local Kantipur, este resultado representou uma “erupção da frustração pública há muito reprimida” e atribuiu o colapso dos líderes no poder há décadas a um “jogo de cadeiras” no poder.



Balendra Shah festeja a vitória nas eleições (fonte: Público)

Insurreição de Setembro de 2025

Desde a abolição da monarquia no final da década de 2000, o Nepal mergulhou na instabilidade política, marcada por várias alianças e conluios entre os mesmos líderes, que têm variado no poder sem, no entanto, conseguir completar uma única legislatura.

A crise agravou-se em 2025, quando a decisão governamental de restringir o acesso às redes sociais desencadeou uma onda de protestos liderados sobretudo por jovens. O movimento rapidamente evoluiu para uma contestação mais ampla contra a corrupção sistémica e a falta de oportunidades económicas.

Os confrontos entre manifestantes e forças de segurança resultaram em pelo menos 77 mortos. A mobilização da chamada “Geração Z” revelou uma capacidade inédita de organização e comunicação política nas plataformas digitais, um contexto que abriu caminho à queda do governo e à formação de um executivo interino, criando as condições para a vitória eleitoral do RSP.



Protestos da “Geração Z” em setembro de 2025 (fonte: Renascença)

Quem é o ex-rapper que irá liderar o Nepal?

Balendra Shah, também conhecido pelo nome artístico “Balen”, ganhou notoriedade inicialmente como músico e figura pública, destacando-se pela crítica social presente nas suas letras.

A sua entrada na política deu-se em 2022, quando foi eleito presidente da Câmara de Katmandu, após uma campanha relâmpago conduzida a grosso modo nas redes sociais, rompendo com os métodos tradicionais de mobilização política. Shah construiu a sua imagem como “outsider político”, defendendo maior transparência, eficiência e combate à corrupção.

Decidiu enfrentar agora o símbolo da velha guarda Sharma Oli, de 74 anos, numas eleições cruciais, marcadas pelo embate entre a velha classe política e um movimento juvenil poderoso. A sua vitória não reflete apenas o apelo pessoal, mas

sobretudo uma mudança estrutural no eleitorado, cada vez mais jovem e exigente, que procura alternativas às elites políticas tradicionais.

Agenda inclusiva do novo governo

As eleições ficaram também marcadas por avanços significativos em termos de representação social e inclusão política. Destaca-se a eleição de Bhumika Shrestha, que se tornou a primeira deputada trans da história do Nepal.

Figura reconhecida no ativismo pelos direitos LGBTQ+, Shrestha tem desempenhado um papel central na promoção da igualdade e no combate à discriminação no país. A sua eleição ocorreu através do sistema de representação proporcional, um mecanismo concebido para assegurar maior diversidade no parlamento, incluindo mulheres e minorias étnicas.

Este resultado indica uma mudança no perfil do poder político nepalês, não apenas geracional, mas também social, refletindo uma maior abertura à inclusão e pluralidade. Ainda assim, o grande obstáculo que o novo governo enfrenta é o de traduzir estas conquistas simbólicas em políticas públicas concretas, capazes de responder às expectativas do povo nepalês.



Deputada Bhumika Shrestha, primeira mulher trans no parlamento nepalês (fonte: Público)

Eleições Municipais em França

Por Jorge Paixão

Entre os dias 15 e 22 de Março, na República Francesa, decorreram eleições municipais em todo o território nacional. Nestas eleições, observou-se um ligeiro aumento na mobilização do eleitorado francês aos boletins de voto, revertendo parcialmente o crescimento da abstenção que ocorreu durante as eleições municipais de 2020, dentro do contexto da pandemia do COVID-19.

No total, foram eleitos candidatos para ambos os cargos municipais da presidência das câmaras e os membros dos conselhos, sendo estes responsáveis em conjunto pela governação e, respetivamente, a representação dos seus eleitores a nível local. Ainda que, essencialmente, estas eleições tenham um carácter, geograficamente, limitado aos municípios, por ocorrem em paralelo a diversas mudanças no paradigma político nacional, acabaram por ter um peso de maior dimensão na esfera pública, tendo, também, um propósito secundário ao servir como um indicador indireto do equilíbrio da força entre os diferentes blocos políticos franceses, a pouco mais de um ano das eleições presidenciais de 2027.



A atual Presidente da Câmara de Paris, Anne Hidalgo, e Emmanuel Grégoire, candidato socialista à presidência da Câmara de Paris, reagem aos resultados preliminares que indicaram vitória Emmanuel Grégoire no segundo turno das eleições (fonte: REUTERS/Abdul Saboor)

Contexto

Desde as eleições parlamentares europeias de 2024, com a derrota do grupo parlamentar do Presidente Emmanuel Macron e o triunfo do Reagrupamento Nacional, o partido de extrema-direita de Marine Le Pen, e a respectiva dissolução da Décima Sétima Legislatura da República Francesa, que a política nacional da França tem sido caracterizada por períodos cíclicos de crise, com a nomeação de cinco governos diferentes e diversas tentativas de moção de censura por ambos os lados do extremo político. Isto deve-se, essencialmente, à fragmentação da Assembleia Nacional em blocos ideológicos opostos, que, pela própria cultura política francesa, tradicionalmente resistente à formação de governos de coligação e à cooperação interpartidária, desincentiva a colaboração entre os três blocos principais.

Contudo, esta instabilidade governamental, por um lado, já tinha as suas origens nas eleições legislativas de 2022, que, ao causarem a perda da maioria absoluta do governo na Assembleia Nacional, obrigou o executivo de Macron a procurar apoio externo, dependendo assim de soluções *ad hoc* e entendimentos pontuais com diferentes forças políticas, enfraquecendo a sua capacidade de governação e contribuindo para a percepção de instabilidade, neste sentido, as eleições municipais de 2026 não devem ser analisadas isoladamente, mas sim como parte de um ciclo político mais alargado, marcado pela recomposição do sistema partidário francês e pela crescente dificuldade em estabelecer maiorias estáveis.

Todos declararam vitória, mas houve perdedores

À semelhança de outros períodos eleitorais na França, os diferentes partidos procuraram enquadrar os seus resultados dentro de narrativas construídas, sendo que a maioria dos partidos, de uma forma ou outra, procuraram afirmar vitórias, com base no seu desempenho em regiões específicas. No entanto, uma leitura externa permite compreender que o cenário político que resultou foi na verdade substancialmente mais complexo.

A esquerda conseguiu consolidar a sua posição nos centros urbanos mais importantes do país como em Paris, Lyon e Nantes, havendo contudo uma crescente fratura interna entre os partidos que constituem a aliança eleitoral da Nova Frente Popular, nomeadamente entre o Partido Socialista de Olivier Faure e a França Insubmissa de Jean-Luc Mélenchon, devido à postura do próprio Mélenchon, que fora acusado de protagonizar ataques antisemitas durante a campanha. Foi também compreendido por ambos lados da esquerda, que as coligações eleitorais nem sempre tiveram um efeito positivo.

Por outro lado, o Reagrupamento Nacional reforçou a sua presença em zonas rurais como o município de Perpignan e em cidades de média dimensão, com os seus aliados como Éric Ciotti em Nice, capitalizando o descontentamento associado ao aumento do custo de vida, à percepção de desigualdade territorial e à crescente desconfiança em relação às instituições nacionais. Mesmo assim a extrema-direita

não conseguiu quebrar o cordão sanitário na segunda ronda e viu um crescimento muito limitado.

A direita republicana preservou a maioria dos seus municípios, principalmente nas áreas mais rurais da França. Contudo, perante a sua fragmentação entre um lado mais favorável a colaborar com a extrema-direita e outro com o liberalismo do Presidente, sendo por outro lado também prejudicado pela sua associação ao governo de Emmanuel Macron. O centrismo de Macron que, em 2020, concorreu pela primeira vez às eleições municipais, continuou a sofrer da mesma dificuldade em expandir o seu alcance a nível regional, estando limitado pela força local de partidos mais tradicionais como o Partido Socialista, o Partido Comunista Francês e Os Republicanos. Mesmo assim, para o bloco do Presidente, a conquista de Bordeaux aos Verdes representou uma expansão da sua presença para os municípios urbanos.

O caso de Édouard Philippe e Éric Ciotti

Édouard Philippe, associado a uma linha mais moderada e institucional, conseguiu reforçar a sua posição política como o principal candidato do bloco centrista para a campanha presidencial de 2027, apresentando-se como uma potencial figura de convergência entre o centro e a direita republicana. A sua estratégia, enquanto candidato líder do partido Horizonte, no município de Le Havre passou por, em grande medida, tentar ocupar o espaço político deixado pela erosão do centro, tentando capturar o eleitorado mais pragmático e menos ideologicamente polarizado da direita conservadora mais institucionalizada, semelhante à estratégia de Macron na sua campanha presidencial em 2017, só que ao invés de procurar capturar o centro-esquerda, desta vez seria o centro-direita, apresentando-se sempre como a alternativa conservadora ao suposto extremismo do Reagrupamento Nacional e dos seus aliados.

Por outro lado, Éric Ciotti, ex-líder do partido Os Republicanos, enquanto representante de uma direita mais conservadora, conseguiu mostrar-se como um candidato unificador da direita, o que, para os seus rivais, nomeadamente Bruno Retailleau, representa uma maior ameaça do que a própria extrema-direita em si, não só devido à concorrência, mas também pelas divisões internas que continuam a marcar o partido. Estes dois percursos ilustram a ausência de uma liderança clara dentro do partido, bem como a disputa pelo reposicionamento estratégico do campo conservador no período pós-Macron.

Uma segunda crise da cadeira vazia?

Para a Europa, os resultados destas eleições apenas reafirmam a imagem de França enquanto uma nação cada vez mais politicamente fragmentada, colocando novamente em questão o papel da própria França ao longo da próxima década, não só dentro das instituições europeias, mas também enquanto a sétima maior economia mundial.

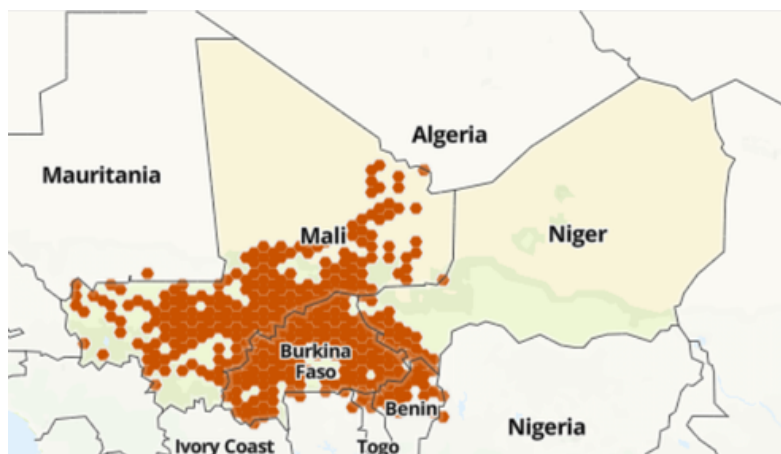
Com a saída de Emmanuel Macron do Palácio de Eliseu em 2027, a chances do seu sucessor ser tão dedicado a ambos o projeto de integração europeia e os outros compromissos internacionais do país dependerá do sucesso das potenciais alianças políticas intrapartidárias que serão estabelecidas na segunda ronda da eleição presidencial, nomeadamente pela formação de um bloco entre o centro-esquerda e a esquerda radical, unido pela sua oposição ao movimento político de Jean-Luc Mélenchon, a França Insubmissa, e por outro lado a cooperação entre o campo político do centro de Macron e a direita republicana de Bruno Retailleau, que desde 2022, devido à perda da maioria legislativa do governo francês na Assembleia Nacional, ambos os lados têm vindo a aproximar-se ideologicamente numa espécie de aliança de centro-direita, em conjunto com outros partidos como o Horizonte de Édouard Philipe e o Movimento Democrático de François Bayrou.

Conflito Clarificado: Insurreições Jihadistas no Sahel

Por Dario Vargas

Que conflito é este?

Uma das mais recentes ondas de instabilidade na região africana do Sahel, as insurreições jihadistas na região iniciaram-se em meados de 2011. De particular intensidade no Mali, Níger e em Burkina Faso, que combatem uma série de grupos jihadistas afiliados ao Estado Islâmico e ao al-Qaeda, este conflito teve um impacto significativo na política da África Ocidental como um todo.



Mapa da presença do grupo jihadista JNIM no Sahel em julho de 2024 (Fonte: Acled)

Como é que surgiu?

As insurreições jihadistas no Sahel surgiram após o fim do regime de Muammar Gaddafi na Líbia e do colapso da autoridade central no país. A queda de Gaddafi em 2011, que recrutava soldados oriundos dos Estados vizinhos para incorporar numa forma paramilitar denominada de Legião Islâmica, criou um vácuo, com estes soldados estrangeiros a regressarem aos seus países de origem com maior experiência de combate e equipamento militar. Em muitos casos, o seu regresso em junção com a ausência de desenvolvimento nas suas terras natais, a ausência de um governo central forte assim como tensões históricas entre grupos étnicos criou um ambiente propício para a instabilidade.

Paralelamente ao regresso dos ex-soldados da Legião Islâmica, a instabilidade política gerada pela Primavera Árabe, um movimento de descontentamento social que afetou o Mundo Árabe e incluiu os eventos que levaram ao deflagrar da Guerra Civil na Líbia, levou a um ressurgimento de grupos jihadistas no Magrebe, uma região que se encontra a norte do Sahel. De particular relevância na Argélia, que se confrontava com uma revolta islamista desde 1992, um dos grupos rebeldes, o Al-Qaeda do Magrebe Islâmico (AQIM), uma organização jihadista ligada ao Al-Qaeda, viria a expandir as suas operações transfronteiriças, iniciando contactos no Sahel.

A conjuntura de instabilidade política e a expansão de ideologias extremistas viriam a explodir numa revolta no norte do Mali em 2012. Esta área, habitada pelo povo Tuareg, uma minoria que tinha um historial prévio de tensões contra o governo maliano e inclusive organizara rebeliões periódicas contra o mesmo desde a década de 1990, tornar-se-ia num ambiente fértil para o aparecimento de milícias islamistas. Com acesso a armamento que escoava da Líbia e soldados experientes, foi criado o Movimento Nacional de Libertação do Azawad (MNLA), um grupo liderado por Tuaregs que procurava um estatuto autónomo dentro do Mali, iniciando, com apoio do AQIM e de outros grupos jihadistas, uma nova rebelião contra o governo.

O MNLA, aproveitando uma onda de instabilidade provocada por um golpe militar no Mali, consolidou o seu controlo sobre o norte, declarando a sua independência enquanto Estado de Azawad. Pouco depois, após uma tentativa dos seus aliados jihadistas estabelecerem um Estado islamista na região, o movimento desvinculou-se destes, iniciando um conflito armado com estes que terminaria com a vitória dos jihadistas e o fim de Azawad em 2013.

Além das suas operações no Mali, os jihadistas viriam, a partir de 2015, a expandir a sua presença para países vizinhos, em particular o Burkina Faso e o Níger, beneficiando da incapacidade destes governos estabelecerem um controlo efetivo sobre as suas fronteiras. Eventualmente, o Estado Islâmico iniciaria operações no Sahel em 2015, enquanto que uma série de milícias alinhadas ao al-Qaeda consolidaram-se para formar, em 2017, o JNIM, intensificando o conflito. Além destas duas forças, o Boko Haram, um grupo jihadista que iniciara uma insurreição no norte da Nigéria em 2011, viria a realizar uma série de operações no Níger.

A expansão territorial de grupos jihadistas no Sahel foram observadas com preocupação por parte da comunidade internacional, surgindo num contexto de elevada atividade jihadista pelo globo. Por esta razão, uma série de Estados estrangeiros, incluindo a França, a Rússia e os Estados Unidos, intervieram militarmente para apoiar os governos dos países.

Neste contexto, a intervenção francesa foi de particular relevância dado que a França mantinha laços políticos e militares fortes com os Estados sahelianos oriundos do seu processo de descolonização na década de 1960. A França, a pedido das autoridades destes países, iniciou duas operações militares. A primeira, que decorreu entre 2013 e 2014 e foi denominada de Operação Serval, foi realizada com a autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas, apoiando o governo do Mali nos seus esforços em recuperar o controlo sobre o norte do país, tendo sucesso em restabelecer a sua autoridade nas principais cidades daquela área. O sucesso da Operação Serval levou à criação da Operação Barkhane, que decorreu entre 2014 e 2022, tendo uma presença mais ampla ao incluir cinco Estados sahelianos com o objetivo de os apoiar nas suas ações contra grupos jihadistas.

Contudo, a Operação Barkhane demonstrou resultados aquém do esperado, pelo que a insegurança gerada pelas milícias jihadistas provocou uma crescente insatisfação popular e entre as forças armadas contra os governos da região. Além disso, a presença de forças francesas no Sahel era vista com suspeitas, existindo a percepção que a França, a antiga potência colonial nestes países, manteve uma presença neocolonial nestes países, contribuindo para a má governança e corrupção nos mesmos. Neste contexto, a instabilidade provocada pelas insurreições geraram uma série de golpes de Estado na região, primeiro no Mali em 2021, seguidos de Burkina Faso em 2022 e Níger em 2023, pelo que as forças armadas suplantaram os governos civis nestes países.

Estes novos governos militares exigiram a retirada das forças francesas, procurando cultivar laços mais próximos com a Rússia, que enviaria forças paramilitares para substituir a presença francesa. Os golpes militares, e os eventos subsequentes, marcaram um fim às operações militares francesas no Sahel e refletiram um fenómeno mais abrangente da perda da influência da França sobre a *Françafrique*, o conjunto de Estados africanos sob a sua esfera de influência.

Ademais, estes três Estados, previamente Estados-membros da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), uma união política e económica que engloba uma série de Estados na África Ocidental, suspenderam a sua participação na organização após esta se opor ao golpe de Estado no Níger e ameaçar uma intervenção militar para restaurar o governo civil no país, formando um pacto militar entre si.

Desde 2023, ataques pelos diversos grupos jihadistas no Sahel têm vindo a aumentar, com estes grupos a expandir a sua presença na região face à incapacidade das forças armadas conterem os seus avanços, em particular no Mali, onde o JNIM, desde setembro 2025, tem bloqueado o acesso a combustíveis à sua capital de Bamako e outras cidades do sul do país, e no Burkina Faso, onde o mesmo grupo controla cerca de 40% do território do país. No Níger, a sua presença é menos proeminente, com estes grupos a realizarem operações maioritariamente no oeste do país, em particular nas zonas fronteiriças com o Mali e o Burkina Faso, e no seu sudeste.

Qual a sua importância para Portugal?

Portugal não mantém uma representação permanente com o Mali, Níger ou com o Burkina Faso, sendo que as suas relações diplomáticas são realizadas a partir das embaixadas em Argel, Abuja e Dakar.

A política portuguesa relativamente ao Sahel encontra-se altamente enquadrada no contexto das operações militares europeias e subsequentes esforços diplomáticos na região. Portugal participou na Task-Force Takuba, uma Task-Force

da União Europeia cujas operações decorreram entre 2020 e 2022, visando apoiar e treinar as forças armadas do Mali contra ameaças jihadistas. Para esta operação, Portugal enviou um contingente de 22 soldados pertencentes às forças especiais do país.

A instabilidade no Sahel tem um impacto direto sobre a segurança europeia e, por consequência, na segurança portuguesa, pelo que a desestabilização da região aumenta a probabilidade da propagação de diversas formas de tráfico ilícito, com a expansão da influência de movimentos jihadistas a aumentar também o risco de atentados terroristas em solo português.

www.portugaldiplomatico.com